

IGUALDADE RACIAL

STF abre debate antes de julgar ação contra cotas

Audiência foi convocada por Lewandowski, relator de processos que contestam dispositivo

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA
Roldão Arruda

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem um pedido do DEM para que fossem revistos os critérios de convocação das entidades que discutirão em audiência pública na Corte a adoção de políticas de cotas raciais para ingresso em universidades públicas. A audiência, que começa hoje e prossegue até sexta, foi convo-

cada por Lewandowski, relator de dois processos que contestam a política de cotas, um deles apresentado pelo DEM.

O ministro discordou dos argumentos do DEM de que não haveria isonomia na distribuição do tempo entre os favoráveis às cotas raciais e os contrários. “Não há atentado à isonomia”, concluiu o ministro.

Para o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), que justificou o pedido de seu partido, Lewandowski convocou para a audiência um número

maior de pessoas favoráveis às cotas do que as que se opõem. O ministro argumentou, porém, que representantes do governo e das universidades que falarão na audiência sejam incluídos no rol pessoas favoráveis às cotas raciais. Eles vão relatar experiências positivas e negativas da política de cotas, segundo Lewandowski.

Esse não é o único ponto de tensão em torno da audiência. Caiado também tem acusado o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, de utilizar recur-

sos públicos para mobilizar pessoas e grupos favoráveis à política de cotas. “O ministro está usando a máquina do Estado para convocar ONGs e pressionar o Judiciário”, disse o deputado. “Ele não pode transformar a sua opinião em defesa das cotas em política de Estado.”

Em entrevista ao **Estado**, o ministro disse ontem que a preocupação do DEM é descabida. “Quem vem a Brasília para a audiência vem de acordo com suas possibilidades”, afirmou. “Apenas enviamos um aviso

aos gestores de promoção da igualdade racial sobre o evento no Supremo. Existem cerca de 600 órgãos de promoção da igualdade racial nos Estados e municípios. Não temos qualquer intenção de constranger o Supremo, que tem autonomia e independência para discutir os temas que lá chegam.”

Santos também observou que essa é a primeira vez que o Brasil se mobiliza para discutir a questão dos efeitos do racismo no conjunto da população. “Já era hora de o Estado brasi-

leiro tomar essa iniciativa.”

O Supremo ainda não definiu a data para julgar as duas ações. Em uma delas o DEM questiona os critérios raciais utilizados desde 2004 pela Universidade de Brasília (UnB) para a admissão de estudantes pelo sistema de cotas. A outra foi apresentada por um estudante que se sentiu prejudicado pelo mesmo sistema adotado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aproveitando o início da audiência, será lançado hoje o documentário *Raça Humana*, produzido pela TV Câmara. Dirigido por Dulce Queiroz, o filme expõe as tensões causadas pelas cotas raciais na UnB, com depoimentos de estudantes, professores e estudiosos, favoráveis e contrários a essa política. ●

OPERAÇÃO CAIXA DE PANDORA

Deputado da ‘oração da propina’ renuncia

Depois de Paulo Octávio e Leonardo Prudente, Júnior Brunelli é o terceiro político do DF a abandonar o cargo desde que Arruda foi preso

Carol Pires
BRASÍLIA

Condutor da “oração da propina”, o deputado distrital Júnior Brunelli (PSC) renunciou ontem ao mandato para não ser cassado. Desde o último dia 11, quando o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (sem-partido, ex-DEM), foi preso, já abandonaram seus mandatos o vice-governador Paulo Octávio (sem partido, ex-DEM) e o ex-presidente da Câmara Legislativa Leonardo Prudente (sem partido, ex-DEM).

Por terem renunciado, os processos por quebra de decoro parlamentar contra Brunelli e Prudente foram extintos. A deputada Eurides Brito (DEM) anunciou ontem que responderá à ação no cargo. Ao final do processo, pode ter o mandato cassado e a inelegibilidade decretada.

Prudente, Brunelli e Eurides Brito são símbolos da crise política em Brasília. Filmado com autorização judicial, Brunelli é protagonista de um vídeo no qual reza ao lado de Prudente pela vida de Durval Barbosa, ex-operador do esquema e hoje principal testemunha da investigação. A gravação foi apelidada de “oração da propina”.

Na carta-renúncia, Brunelli afirma que as imagens foram “montadas e manipuladas ao sabor da conveniência dos poderosos de ocasião”. “Jesus Cristo perdoou Maria Madalena, tida como pecadora e adúltera. Assim, aquela oração não visava bens materiais, mas o reconforto de uma alma em conflito e angustiada pelos diversos problemas pessoais que enfrentava naquele momento”, explicou.

O suplente de Brunelli é Geraldo Naves (DEM), preso pela Polícia Federal por tentativa de



PROTAGONISTAS - Vídeo mostra Prudente e Brunelli 'agradecendo' Barbosa pelo pagamento da propina

Impeachment segue na Câmara

... A Câmara Legislativa cumpriu ontem mais uma etapa do processo de impeachment do governador afastado do DF, José Roberto Arruda: foi lido, em plenário, o parecer do relator, o deputado Chico Leite (PT), favorável ao prosseguimento do processo. Amanhã, o parecer voltará à pauta do plenário, desta vez para ser votado.

No relatório, o deputado afirma que os indícios que pesam contra Arruda são suficientes para que ele seja acusado de crime de responsabilidade. “O crime de

responsabilidade viola o direito de toda uma nação, e até das gerações que estão por vir”, anota.

Se aprovado pelo plenário, o processo entrará numa segunda fase, quando Arruda terá 20 dias para apresentar defesa e o relator deverá fazer novo relatório, julgando o mérito do pedido de impeachment. Se o novo parecer for aprovado por, no mínimo, 16 dos 24 deputados, Arruda será afastado do cargo por 120 dias e um Tribunal Especial decidirá se o mandato dele será ou não cassado em definitivo. ● C.P.

suborno a uma testemunha do “mensalão do DEM”, como ficou conhecido o caso de distribuição de propina no governo do DF.

Prudente também protagoniza vídeo no qual guarda maços de dinheiro até nas meias. Em outro vídeo, Eurides coloca dinheiro na bolsa. Ontem, ela causou polêmica ao dizer que se tratava de ressarcimento de festas que fez na campanha de Joaquim Roriz, ex-governador do DF, ao Senado. A assessoria de Roriz classificou a versão de “fantasiosa”. “Ele não deve ter falado isso porque é uma palavra muito complexa para ele”, respondeu Eurides. ●

BOLSA-FAMÍLIA

Senadora contesta aprovação de projeto

Com um voto contrário da líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), os tucanos aprovaram ontem no Senado um projeto que prevê o pagamento de novo benefício (valor ainda indefinido) para as famílias cadastradas no Bolsa-Família. Voltado a crianças que alcançarem boas notas, o projeto foi criticado por Ideli, que acusou a oposição de fazer uso político do programa em ano eleitoral. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do projeto, negou uso eleitoral.

DIREITOS HUMANOS

Vannuchi quer aval da ONU para programa



Em Genebra, o secretário nacional dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, se reuniu com a alta comissária da ONU Navi Pillay e pediu que ela prepare um parecer técnico sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. “A ideia é que a ONU nos diga se o plano, tecnicamente, está seguindo suas diretrizes internacionais.” Ele quer usar o parecer para enfrentar as reações contrárias. Ontem, Vannuchi defendeu o programa e disse enfrentar duros ataques. “Recebemos com serenidade as críticas.”

JUDICIÁRIO

OAB quer vetar juízes suspeitos por corrupção na advocacia

Fausto Macedo

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quer barrar o ingresso na advocacia de magistrados suspeitos de corrupção. A entidade estuda medidas para impedir que juízes afastados das funções por improbidade ou “delito grave” possam receber registro na OAB para exercer papel de advogado. “Se não serve para ser juiz não servirá para ser advogado”, declarou Ophir Cavalcante, presidente nacional da OAB.

Ophir submeterá a proposta ao Colégio de Presidentes de Seccionais da OAB que vai se reunir domingo na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília. O veto aos juízes sob suspeita ganhou força a partir do julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que decretou aposentadoria compulsória para três desembargadores e sete juízes do Mato Grosso envolvidos em suposto desvio de R\$ 1,4 milhão do Tribunal de Justiça estadual. O dinheiro teria sido destinado para uma loja maçônica da qual era grão-mestre um ex-presidente do TJ.

“Vamos construir uma barreira para impedir que o cidadão corra o risco de ser prejudicado em sua vida por inescrupulosos que deveriam dar exemplo de ética e retidão e foram expulsos da magistratura e podem futuramente bater às portas da Ordem”, disse o presidente da OAB. “Espero que encontrem fechadas essas portas.”

Para Ophir, “se esses magistrados não têm mais condições morais e éticas para julgar, não terão também para defender na Justiça o cidadão que precisa buscar seus direitos”.

O ministro Gilson Dipp, corregedor nacional de Justiça, se disse estarrecido com a trama na corte do Mato Grosso. “Foram atos conectados, concertados. Estarrece pelos aspectos da coligação, do compartilhamento de atividades irregulares. Não foram atos isolados, mas atos para atingir um fim ilícito.” ●

IMPRENSA

‘Estado’ está sob censura há 215 dias

Quase cinco meses após a decisão judicial pela censura, o empresário Fernando Sarney entrou com pedido de desistência da ação contra o **Estado**. Mas o jornal não aceitou o arquivamento do caso.

No dia 29 de janeiro, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira apresentou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) manifestação em que sustenta a preferência do jornal pelo prosseguimento da ação, para que o mérito seja julgado.

Desde 31 de julho do ano passado, o **Estado** está impedido pelo TJ-DF de publicar notícias relativas à investigação da Polícia Federal sobre a atuação do empresário, filho do senador José Sarney (PMDB-AP). ●

ANOS DE CHUMBO

Jobim admite falha e garante que FAB não omitiu documentos secretos

Marcelo de Moraes
BRASÍLIA

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, admitiu que houve desatenção, inclusive dele próprio, na análise do conteúdo dos documentos secretos da Aeronáutica, entregues ao Arquivo Nacional no início do mês passado, como revelou o **Estado**. Em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, ontem, Jobim negou que a Aeronáutica tenha se negado a entrega dos seus documentos secretos, como tinha sido solicitado em 2006 pela Casa Civil. O ministro lembrou que poucos dias depois do pedido a Aeronáutica informou oficialmente à Casa Civil que dispunha de documentos.

O problema é que o então comandante da Força, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, afirmou que a documentação era genérica, e a Casa Civil tinha sido explícita no pedido de entrega de papéis que dissessem respeito a toda e qualquer investigação, perseguição, prisão, interrogatório, cassação, operação militar, estratégia, entre outros pontos. Na sua resposta de 2006, o Comando negou que existissem documentos desse tipo no acervo.

O conteúdo, porém, derruba essa versão, já que os 50 mil documentos contêm, por exemplo, informes sobre atividades de militantes de esquerda, relatórios de interrogatórios, operações de busca a Che Guevara, cartas inéditas de Carlos La-

marca e pelo menos cem informes sobre a Guerrilha do Araguaia. A versão foi aceita e repassada pela Aeronáutica e pelo Ministério da Defesa durante quase quatro anos, quando o acervo foi finalmente entregue ao Arquivo Nacional. Jobim, po-

‘Não se pode pretender rever o acordo político da Lei de Anistia’

rém, entende que a Força sempre disponibilizou os arquivos, mas que, de fato, houve essa desatenção. Ele entregou à Comissão a lista com os índices de títulos dos arquivos secretos entre-

gues e cópia da troca de correspondências da Aeronáutica, Defesa e Casa Civil.

DIREITOS HUMANOS

A audiência foi marcada para que Jobim apresentasse sua visão sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. O ministro disse que chegou a ficar demissionário do cargo, já que o governo estava disposto a aceitar uma comissão para investigar eventuais abusos cometidos durante a ditadura, mas apenas da parte dos militares.

“Sou a favor da busca de toda a verdade histórica, mas não se pode pretender rever o acordo político da Lei de Anistia que deu tranquilidade política em 1979. Leis como a de Anistia são definitivas. Quem foi anistiado não pode ser desanistiado. Tem que haver a bilateralidade. E vou defender essa posição dentro do Congresso com todas as forças”, disse. ●